Nome da empreitada	Tipo de concurso	Valor de adjudicação (euros)	Adjudicatário
Arranjos paisagísticos na serra da Marofa	Limitado	120 326,14	João Veiga — Construções, L. ^{da}
Construção do troço Eiras de Castelo Rodrigo-Loteamento Industrial EN 332	Limitado	78 864,78	António José Baraças.
Construção de parque de campismo em Castelo Rodrigo — 1.ª fase	Limitado	110 324,35	Construtora Irmãos Veiga, L. ^{da}
Construção de variante ao Convento de Santa Maria de Aguiar	Limitado	115 089,09	Albino & Inácio, L. ^{da}
Arranjo de diversos largos — Vermiosa	Limitado	55 395,65	Albino & Inácio, L. ^{da}
Beneficiação da Rua do Barreiro, em Escalhão	Público	321 041,33	António José Baraças.

7 de Março de 2005. — O Presidente da Câmara, *Armundo Pinto Lopes*.

CÂMARA MUNICIPAL DA FIGUEIRA DA FOZ

Aviso n.º 2246/2005 (2.ª série) — AP. — *Contratos a termo resolutivo.* — Torna-se público que, em cumprimento do artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, na redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 218/98, de 17 de Julho, e no uso da competência prevista no n.º 2 do artigo 69.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Novembro, foram celebrados, nos termos da alínea *h*) do n.º 1 do artigo 9.º da Lei n.º 23/2004, de 22 de Junho, conjugado com o artigo 139.º do Código do Trabalho, contratos com os seguintes trabalhadores:

Marta Santos Branco de Aires Mateus — técnico superior em geografia, variante estudos ambientais, início em 1 de Março de 2005, por 12 meses, escalão 1, índice 400, por meu despacho de 3 de Janeiro de 2005.

Maria da Glória Ribeiro de Vasconcelos Guerra — técnico profissional de prevenção e segurança, início em 1 de Março de 2005, por 12 meses, escalão 1, índice 199, por meu despacho de 30 de Dezembro de 2004.

3 de Março de 2005. — A Vereadora, com competências delegadas, *Anabela Almeida Marques e Gaspar*.

CÂMARA MUNICIPAL DE GAVIÃO

Aviso n.º 2247/2005 (2.ª série) — AP. — Para os devidos efeitos se torna público que foi rescindido o contrato a termo certo de Carla Sofia Matos Marques, telefonista, a partir de 1 de Março de 2005, em virtude de, nesta data, a mesma ter assinado termo de posse (lugar do quadro) como telefonista.

1 de Março de 2005. — O Presidente da Câmara, *Jorge Manuel Martins de Jesus*.

CÂMARA MUNICIPAL DE GONDOMAR

Aviso n.º 2248/2005 (2.ª série) — AP. — Para os devidos efeitos torna-se público que esta Câmara Municipal, por despacho da vereadora da Câmara de 23 de Fevereiro de 2005, efectuou a seguinte contratação, em regime de contrato de trabalho a termo resolutivo certo, por urgente conveniência de serviço, por um ano, com fundamento na Lei n.º 23/2004, de 22 de Junho, com José Eduardo Lima Pereira, na categoria de cantoneiro de limpeza, com início de funções a 23 de Fevereiro de 2005.

1 de Março de 2005. — Por delegação do Presidente da Câmara, a Vereadora da DRH, *Maria Cristina Oliveira de Castro*.

CÂMARA MUNICIPAL DE GRÂNDOLA

Aviso n.º 2249/2005 (2.ª série) — AP. — Carlos Vicente Morais Beato, presidente da Câmara Municipal de Grândola:

Torna público, nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 118.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442/91, de 15 de Novembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 6/96, de 31 de Janeiro, que a Câmara Municipal, reunida em 16 de Fevereiro de 2005, deliberou, por maioria, proceder à abertura de um período de apreciação pública, respeitante ao projecto de Regulamento de Compensação Urbanística do Município de Grândola, estabelecendo-se um prazo de 30 dias, contados a partir da publicação no *Diário da República*.

O respectivo projecto de Regulamento poderá ser consultado na Divisão de Gestão Urbanística da Câmara Municipal de Grândola, todos os dias úteis, durante o horário normal de expediente, entre as 9 e as 16 horas.

As sugestões, reclamações ou outras informações devem ser apresentadas, por escrito, devidamente fundamentadas, no prazo acima mencionado e endereçadas ao presidente da Câmara Municipal ao cuidado do Departamento de Gestão Urbanística da Câmara Municipal de Grândola, via correio ou entregues em mão nos Serviços de Atendimento do Departamento de Planeamento e Gestão Urbanística.

21 de Fevereiro de 2005. — O Presidente da Câmara, *Carlos Beato*.

Regulamento de Compensação Urbanística do Município de Grândola

Preâmbulo

Determina o n.º 1 do artigo 44.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Fevereiro, com a redacção do Decreto-Lei n.º 177/2001, de 4 de Junho, que o proprietário e os demais titulares de direitos reais sobre prédios a lotear cedam gratuitamente, à Câmara Municipal, parcelas de terreno para espaços verdes públicos e de utilização colectiva, infra-estruturas, designadamente arruamentos viários e pedonais e equipamentos públicos, que, de acordo com a operação de loteamento, devam integrar o domínio público.

E no n.º 4 do mesmo artigo acrescenta que se o prédio a lotear já estiver servido pelas infra-estruturas referidas na alínea *h*) do artigo 2.º deste diploma (infra-estruturas que integram a operação de loteamento, nomeadamente arruamentos viários e pedonais e redes de abastecimento de água, de esgotos, de electricidade, de gás e de telecomunicações, e ainda de espaços verdes e outros espaços de utilização colectiva) ou não se justificar a localização de qualquer equipamento público no dito prédio, não há lugar a cedências para esses fins, ficando, no entanto, o proprietário obrigado a pagar à Câmara Municipal uma compensação, em numerário ou em espécie, nos termos definidos em regulamento aprovado pela Assembleia Municipal.

Está ainda contemplada a situação relativa a edifícios contíguos e funcionalmente ligados entre si que determinem, em termos urbanísticos, impactes semelhantes a uma operação de loteamento, tal como preceituado no n.º 5 do artigo 57.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Fevereiro, com redacção do Decreto-Lei n.º 177/2001, de 4 de Junho.

Para dar cumprimento a este preceito legal, estabelecido no artigo 3.º do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação é aprovado o seguinte Regulamento:

Artigo 1.º

Natureza da compensação

No loteamento de prédios já total ou parcialmente servidos de infra-estruturas urbanísticas e ou em que se não justifique a localização de qualquer equipamento ou espaço verde público ou ainda nos casos previstos no n.º 4 do artigo 43.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, na redacção que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 177/2001, de 4 de Junho, os respectivos proprietários pagarão à Câmara Municipal de Grândola uma compensação, em numerário ou em espécie, equivalente ao valor dos terrenos que são cedidos em loteamentos de prédios com idêntica tipologia de ocupação em que não existam infra-estruturas ou em que seja necessário implantar equipamentos.

Artigo 2.º

Definição da compensação

1 — A modalidade da compensação, em numerário ou espécie, será definida pela Câmara, por sua iniciativa ou sob proposta do loteador, aceite pela Câmara, no procedimento de aprovação do licenciamento do loteamento ou da operação urbanística correspondente e nos termos deste Regulamento.

2 — A Câmara Municipal poderá delegar esta sua competência no presidente da Câmara, que, por sua vez, a poderá subdelegar no vereador responsável pela área do urbanismo.

Artigo 3.º

Áreas a compensar

1 — A compensação a que se refere o n.º 4 do artigo 44.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Fevereiro, com a redacção do Decreto-Lei n.º 177/2001, de 4 de Junho, deve corresponder ao valor das seguintes áreas, de acordo com a ocupação do espaço autorizado:

- No caso de construção de habitação, com excepção de moradias unifamiliares — 63 m² por cada 120 m² de área bruta de construção;
- No caso de construção de moradias unifamiliares — 63 m² por fogo;
- No caso de construção de comércio e ou serviços — 50 m² por cada 100 m² de área bruta de construção; e
- No caso de construção para indústrias — 30 m² por cada 100 m² de área bruta de construção.

2 — Caso o prédio a lotear disponha, apenas parcialmente, de infra-estruturas, à compensação referida no número anterior acresce a obrigação de executar as infra-estruturas em falta.

Artigo 4.º

Valor da compensação

1 — A compensação em espécie terá valor equivalente à compensação em numerário, podendo ser substituída por terrenos ou outros bens imobiliários a que a comissão de avaliações atribua valor idêntico ao que seria pago se a compensação fosse paga em numerário.

2 — Na falta de correspondência de valores, a compensação pode ser prestada parte em espécie parte em numerário.

Artigo 5.º

Avaliações

1 — As avaliações a efectuar, nos termos e para os efeitos deste Regulamento, serão feitas por dois peritos técnicos, a designar, um pela Câmara Municipal, outro pelo interessado.

2 — Nas situações em que não seja possível acordo entre as duas partes, será nomeado um terceiro perito pela Câmara Municipal de Grândola, que presidirá, a escolher da lista oficial do Tribunal da Relação.

3 — Os encargos resultantes da avaliação a efectuar no âmbito deste Regulamento serão sempre da responsabilidade do requerente, devendo para isso pagar o seu custo.

Artigo 6.º

Liquidação, cobrança e actualização

1 — A Câmara Municipal procederá à liquidação e cobrança da compensação, imediatamente antes da emissão do alvará de loteamento, devendo, nessa altura, ser exibido recibo de pagamento, quando se trate de compensação em numerário, ou fotocópia da escritura pública de transmissão, quando se trate de compensação em espécie.

2 — A compensação fixada no processo de licenciamento poderá vir a ser actualizada, caso a emissão do alvará de loteamento ocorra para além de 365 dias após a aprovação do pedido de licenciamento.

3 — Quando a compensação deva ser realizada em espécie e se não possa concretizar antes do alvará, deve o interessado prestar caução por garantia bancária, depósito, hipoteca ou seguro-caução.

Artigo 7.º

Âmbito de aplicação

1 — O presente Regulamento aplica-se aos alvarás emitidos posteriormente à data da sua publicação.

2 — Aos alvarás em que tenha sido pedida a alteração das suas especificações e tal pedido se encontre ainda pendente.

3 — A reapreciação de loteamentos cujo alvará tenha caducado.

4 — Às obras de edificação abrangidas nos n.ºs 6 e 7 do artigo 57.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Fevereiro, com a redacção do Decreto-Lei n.º 177/2001, de 4 de Junho.

Artigo 8.º

Entrada em vigor

O presente Regulamento entra em vigor 15 dias após a sua publicação no *Diário da República*.

Edital n.º 218/2005 (2.ª série) — AP. — Carlos Vicente Morais Beato, presidente da Câmara Municipal de Grândola:

Torna público que, por deliberação da Câmara tomada em reunião realizada no dia 19 de Janeiro de 2005 e da Assembleia Municipal, na sua sessão ordinária de 11 de Fevereiro de 2005, foi aprovado o Regulamento do Cartão Municipal do Idoso, que ora se publica na íntegra, entrando em vigor 15 dias após a data de publicação deste edital no *Diário da República*.

Para constar se lavrou o presente edital, que vai ser afixado nos locais públicos do costume.

3 de Março de 2005. — O Presidente da Câmara, *Carlos Vicente Morais Beato*.

Regulamento do Cartão Municipal do Idoso

Preâmbulo

Considerando a importância crescente do papel das autarquias locais, no âmbito do apoio às populações, a Câmara Municipal de Grândola, atenta que está à situação social e económica dos seus municípios, nomeadamente os reformados, pensionistas e idosos, poderá, na área das suas competências, implementar o cartão municipal do idoso.

A Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, na alínea c) do n.º 4 do seu artigo 64.º, refere que compete à Câmara Municipal participar na prestação de serviços a estratos sociais desfavorecidos ou dependentes, em parceria com as entidades competentes da administração central, e prestar apoio aos referidos estratos sociais pelos meios adequados, pelo que a Câmara Municipal cria o cartão municipal do idoso que se rege pelo presente Regulamento.

O presente Regulamento foi publicado em projecto no apêndice n.º 143 ao *Diário da República*, 2.ª série, n.º 280, de 29 de No-